

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

EDITORIAL

Com este número, o boletim *Como Vai? População Brasileira* completa dois anos de existência, estando atualmente com uma tiragem de 1000 exemplares. Agradecemos a colaboração e o interesse recebido, e queremos reafirmar que estamos abertos para sugestões e colaborações.

A partir de agora, o boletim passa a conter um encarte apresentando indicadores demográficos. Neste número, encontra-se um sumário das projeções populacionais para o Brasil (por situação de domicílio) realizadas pela equipe de Demografia do IPEA e revisadas recentemente, de maneira a levar em conta os dados da Contagem de 1996, divulgadas há pouco pelo IBGE. Os valores da população aqui apresentados estão reunidos em grandes grupos considerados alvos de políticas públicas para os anos de 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020. Interessados em obter dados referentes aos anos intermediários e por grupos quinquenais de idade podem consegui-los por meio dos *e-mail*:

- aac@ipea.gov.br
- camarano@ipea.gov.br
- herton@ipea.gov.br
- isabela@ipea.gov.br
- medeiros@ipea.gov.br

ou telefones 061-3155418, 3155282 ou 021 2121005





DIFERENCIAIS REGIONAIS E SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS

Ana Amélia Camarano*

1 Introdução

É fato bastante conhecido e discutido na literatura a queda acentuada e contínua nas taxas de fecundidade geral,¹ ocorrida a partir da segunda metade dos anos 60. Esse movimento está inserido nas transformações pelas quais vêm passando os países do Terceiro Mundo e já passaram os países hoje considerados desenvolvidos. No entanto, a dinâmica da fecundidade brasileira, como a de outras variáveis demográficas, apresenta uma especificidade que é a sua grande diferenciação espacial e social. As tendências populacionais observadas para a população total são médias nacionais que mascaram os diferenciais regionais e sociais. Tais diferenciais provocam impacto diferenciado nas demandas por políticas públicas entre os vários subgrupos populacionais.

É objetivo deste trabalho analisar o comportamento recente da fecundidade nas cinco grandes regiões e seis grupos de renda familiar. Os grupos considerados são medidos pelo número de salários-mínimos recebidos pelas famílias segundo as seguintes categorias:

- Menos de 1 salário-mínimo, aí incluídas as famílias sem rendimentos, doravante chamado de *grupo de renda I*
- 1 a 2 salários-mínimos, doravante chamado de *grupo de renda II*
- 2 a 3 salários-mínimos, doravante chamado de *grupo de renda III*
- 3 a 5 salários-mínimos, doravante chamado de *grupo de renda IV*
- 5 a 10 salários-mínimos, doravante chamado de *grupo de renda V*
- Mais de 10 salários-mínimos, doravante chamado de *grupo de renda VI*

* Técnica da DIPOS/DIPES do IPEA.

Os cálculos utilizados neste trabalho foram realizados na DIPOS/IPEA.

¹ Contraditoriamente e simultaneamente à queda das taxas de fecundidade geral também observou-se um aumento nas taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos. Ver, por exemplo, Camarano (1996) e Melo (1996).



2 A Fecundidade Total

Conforme comentado anteriormente, a partir da segunda metade dos anos 60, o movimento observado nas taxas de fecundidade foi de contínua queda, a qual estendeu-se a todas as regiões do país e áreas sociais, mas em ritmo e momentos diferenciados. Já foi mostrada, com os dados do censo de 1980, a existência de uma correlação negativa entre fecundidade e níveis de renda.² Também foram muito estudados os diferenciais regionais nas taxas de fecundidade. O que se apresenta na tabela 1 são as taxas de fecundidade³ total para o período 1986/1991 pelos grupos de renda mencionados, segundo as cinco grandes regiões do país, bem como os seus coeficientes de variação (CV). Os dados básicos foram extraídos do censo demográfico de 1991.

TABELA 1
Taxas de Fecundidade Total por Grupos de Renda, segundo as
Grandes Regiões — 1986/1991

Regiões	Grupos de Renda ¹						Total	C V(%)
	GRI	GRII	GRIII	GRIV	GRV	GRVI		
Norte	5,11	4,99	4,95	4,37	3,67	2,98	4,72	18,4
Nordeste	5,21	5,56	4,29	3,57	2,85	2,84	4,50	25,7
Sudeste	3,31	3,25	3,50	3,01	2,75	2,47	3,01	11,7
Sul	3,36	3,31	3,14	3,08	2,78	2,75	3,02	7,9
Centro-Oeste	3,71	3,81	3,82	3,51	3,17	3,08	3,45	8,8
Brasil	4,27	3,87	3,65	3,19	2,83	2,60	3,48	17,0
C V (%)	20,0	14,5	14,6	17,8	16,5	18,0	14,7	23,9

Fonte dos dados brutos: Censo demográfico de 1991.

Elaboração: DIPOS/IPEA.

Nota: ¹ GR1 — menor que 1s.m. e sem rendimentos; GR2 — de 1 a 2 s.m.; GR3 — de 2 a 3 s.m.; GR4 — de 3 a 5 s.m. GR5 — de 5 a 10 s.m.; GR6 — 10 s.m. e mais.

Como esperado, a taxa de fecundidade total decresce com o aumento da renda. Para todo o Brasil, esta variou entre 4,3 a 2,6, o que equivale dizer que as mulheres mais pobres tinham, em média, 1,7 filhos a mais do que as mais ricas. A comparação regional indica que na região Norte mulheres tem mais filhos; na

² Ver, por exemplo, Wood & Carvalho (1988) e Camarano & Beltrão (1995).

³ A taxa de fecundidade total indica a média de filhos tidos por mulher ao final do período reprodutivo, se ela experimentar um dado conjunto de taxas de fecundidade ao longo do seu período reprodutivo.



região Sudeste, menos. As variações regionais são da mesma ordem em termos absolutos (1,7 filhos), mas são relativamente menores. A variação regional relativa, medida pelo coeficiente de variação,⁴ foi de 14,7%; a provocada pela diferenciação social foi de 17%.⁵ A comparação renda/regiões aponta para um diferencial de 5,6 (entre as mulheres nordestinas do grupo de renda II) a 2,5 (entre as mulheres ricas da região Sudeste).

As maiores variações intra-regionais são encontradas na região Nordeste, onde a taxa de fecundidade total variou de 5,6 a 2,8 filhos por mulher. O menor diferencial foi observado na região Sul, onde a taxa de fecundidade total variou de 3,4 a 2,8. Os diferenciais intra-regionais, medidos pelos coeficientes de variação, são maiores do que os inter-regionais. Estes, apresentados na última linha da tabela 1, são mais elevados no grupo de renda I e menores no grupo III. No grupo de renda I, a taxa de fecundidade total variou de 5,2 (região Nordeste) a 3,3 (região Sudeste). No grupo de renda III, a maior fecundidade foi experimentada pelas mulheres nortistas (4,9 filhos); a menor, pelas sulistas (2,75 filhos).

3 O Padrão da Fecundidade

Além de diferenciações importantes no nível de fecundidade, foram também observadas profundas diferenças no padrão etário dessa variável. A identificação desse padrão é importante porque é um dos fatores determinantes do crescimento populacional. Um perfil etário mais jovem, mesmo com níveis de fecundidade mais baixos, pode determinar um maior crescimento populacional, já que se caracteriza por um ciclo reprodutivo mais longo e também pela existência de um maior contingente de mulheres. Indicadores-resumo desse padrão podem ser vistos na tabela 2, que apresenta o intervalo modal da distribuição da fecundidade e a idade média da distribuição da fecundidade por regiões e grupos de renda.

⁴ Mede a variação relativa entre as taxas de fecundidade de cada região e a média nacional.

⁵ Este mede a variação relativa entre as taxas de fecundidade de cada grupo de renda e a média nacional.



TABELA 2
Intervalo Modal da Distribuição da Fecundidade e Idade Média da Parturição por
Regiões e Grupos de Renda 1986/1991

Regiões	Grupos de Renda ¹						Total
	GRI	GRII	GRIII	GRIV	GRV	GRVI	
Grupo Etário Modal							
Norte	20-24	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29
Nordeste	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29
Sudeste	20-24	20-24	20-24	25-29	25-29	25-29	25-29
Sul	20-24	20-24	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29
Centro-Oeste	20-24	20-24	25-29	25-29	25-29	25-29	20-24
Brasil	20-24	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29	25-29
Idade Média							
Norte	27,1	28,6	29,0	28,9	29,7	29,7	28,0
Nordeste	28,5	30,3	30,5	30,5	30,3	30,9	28,8
Sudeste	25,6	26,8	27,9	28,8	30,2	31,5	27,7
Sul	26,1	27,0	28,0	29,1	30,0	31,0	27,6
Centro-Oeste	25,3	26,7	28,1	28,8	29,6	30,7	27,2
Brasil	27,2	28,1	28,5	29,1	30,1	31,1	27,9

Fonte dos dados brutos: Censo demográfico de 1991.

Elaboração: DIPOS/IPEA.

Nota: ¹ GR1 — menor que 1 s.m. e sem rendimentos; GR2 — de 1 a 2 s.m.; GR3 — de 2 a 3 s.m. GR4 — de 3 a 5 s.m.; GR5 — de 5 a 10 s.m.; GR6 — 10 s.m. e mais.

Considerando-se todo o Brasil, observa-se que as mulheres pertencentes a famílias com renda inferior a 1 salário-mínimo apresentam padrão de fecundidade juvenil, ou seja, esta está concentrada nos grupos etários mais jovens. O ponto modal da distribuição é o grupo de 20-24 anos, sendo que a idade média da distribuição da fecundidade foi de 27,2 anos. A partir desse grupo, a idade média da fecundidade cresce junto com o aumento da renda.

Os diferenciais espaciais no padrão de fecundidade mostram que, com exceção da região Centro-Oeste, todas as demais apresentavam como intervalo modal da distribuição da fecundidade, o grupo de 25-29 anos. A idade média variava de 28,8 anos (região Nordeste) a 27,2 (região Centro-Oeste). Com exceção da região Nordeste, em todas as demais regiões as mulheres pertencentes a famílias com renda inferior a 1 salário-mínimo apresentavam como fecundidade modal a



do grupo de 20 a 24 anos. Entre as mulheres localizadas no grupo de renda II, apenas as residentes nas regiões Norte e Nordeste não apresentavam esse intervalo como o de maior fecundidade, pois este estava localizado no grupo de 25 a 29 anos

A tabela 2 também apresenta a idade média de distribuição da fecundidade. Em todas as regiões, observou-se o seu crescimento com o aumento da renda. Os maiores diferenciais regionais foram observados no grupo de renda I. Neste, as mulheres nordestinas apresentavam uma média de 28,5 anos; as residentes no Centro-Oeste, 25,3 anos. Entre as mulheres de renda mais alta, esse indicador variou de 31,5 anos (região Sudeste) a 29,7 (região Norte). Não se observou uma associação inversa entre a idade média da fecundidade e os níveis de fecundidade, pois, em muitos casos, um início tardio da fecundidade foi compensado por um término mais cedo.

4 A Fecundidade na Adolescência

Conforme já mencionado, apesar de a fecundidade das mulheres brasileiras ter diminuído expressivamente, observou-se, concomitantemente, um aumento na fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos. Há indicações de que esse aumento foi diferenciado por grupos de renda. Conforme se observa no gráfico 1, são as adolescentes mais pobres as que apresentam uma fecundidade mais elevada.⁶ A taxa de fecundidade dessas mulheres foi de 128 por mil mulheres, enquanto que a daquelas mulheres pertencentes aos segmentos de renda mais elevada foi de 13 por mil.

Em nível regional, verifica-se a mesma tendência observada para todo o Brasil: as taxas de fecundidade mais altas foram verificadas entre as mulheres pobres. Em nível regional, a mais alta taxa foi verificada entre o grupo pobre da região Centro-Oeste. A mais baixa ocorreu entre as mulheres ricas da região Sudeste.

⁶ Para o período de 1975/1980, também observou-se o mesmo comportamento das taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos. Ver Camarano e Beltrão (1995, p. 105).



GRÁFICO 1
Taxas de Fecundidade das Mulheres Brasileiras de 15 a 19 Anos
por Nível de Renda

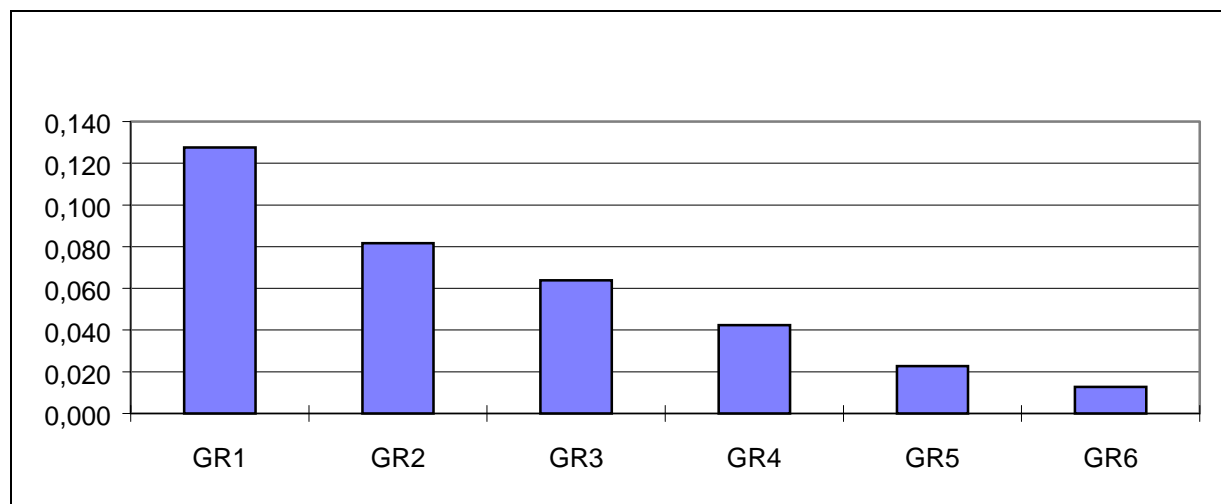


TABELA 3
Taxas de Fecundidade das Mulheres de 15 a 19 Anos por Nível de Renda segundo
as Regiões Brasileiras¹ 1986/1991

Regiões	Grupos de Renda ²						Total
	GRI	GRII	GRIII	GRIV	GRV	GRVI	
Norte	0,167	0,116	0,079	0,065	0,038	0,027	0,108
Nordeste	0,109	0,050	0,037	0,028	0,019	0,016	0,080
Sudeste	0,140	0,093	0,074	0,043	0,021	0,009	0,067
Sul	0,138	0,094	0,062	0,042	0,022	0,013	0,072
Centro-Oeste	0,182	0,123	0,078	0,050	0,031	0,018	0,094
Brasil	0,128	0,082	0,064	0,042	0,023	0,013	0,077

Fonte dos dados brutos: Censo demográfico de 1991.

Elaboração: DIPOS/IPEA.

Notas: ¹ Excluído os sem declaração.

² GR1 — menor que 1 s.m. e sem rendimentos; GR2 — de 1 a 2 s.m.; GR3 — de 2 a 3 s.m.; GR4 — de 3 a 5 s.m.; GR5 — de 5 a 10 s.m.; e GR6 — 10 s.m. e mais.



Referências Bibliográficas

Camarano, A. A; e Beltrão, K. I.. Dinâmica Demográfica por nível de renda: revista brasileira de estudos populacionais, V 12, ns 1-2 jan/dez. 1995, pp 81-112.

_____. Gravidez na Adolescência. *Como Vai? População Brasileira*. Brasília: Diretoria de Política Social do IPEA e da Diretoria de Pesquisa do IBGE, junho 1996.

Melo, A. V. Fecundidade na Adolescência nas Grandes Regiões do País. *Como Vai? População Brasileira*. Brasília: Diretoria de Política Social do IPEA e da Diretoria de Pesquisa do IBGE, Junho 1996.

Wood, C. H., Carvalho, J. A. M. A Demografia da Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada —IPEA, 1994.



O CUSTO DO ENVELHECIMENTO

André Nunes*

1 Introdução

Em 1991, os maiores de 60 anos representavam 6,7% da população brasileira. Espera-se que tal proporção cresça para, aproximadamente, 13%, no ano 2020.⁷ Este novo estágio da transição demográfica, caracterizado pela passagem de uma situação de altas taxas de mortalidade e fecundidade, com uma crescente população jovem, para uma outra etapa, de reduzidas taxas de mortalidade e expressiva redução das taxas de fecundidade, produz efeitos consideráveis no que se refere à estrutura de financiamento das políticas sociais, particularmente nas estruturas de financiamento da seguridade social e do setor *saúde*.

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão preliminar do impacto dessa alteração demográfica no setor saúde. É bem verdade que a saúde, direcionada para atividades curativas e incorporando tecnologias cada vez mais dispendiosas, tem-se tornado mais cara para todas as idades; porém, esta é ainda mais cara para os mais idosos. Duas hipóteses a respeito da elevação dos custos em pessoas idosas serão verificadas: (i) as taxas de internação em faixas etárias mais avançadas são mais elevadas, ou seja, estas pessoas *consomem* mais saúde;⁸ (ii) o custo médio de internação de pessoas idosas é maior do que o das de faixa etária mais jovem;⁹ em outras palavras, o gasto com atenção médica aos idosos é mais elevado.

2 Internações no SUS

Limita-se o trabalho à análise do volume de internações (taxa de internações) e das despesas com internação hospitalar no SUS (valor médio de internações), pois não existem informações disponíveis, por faixas etárias, sobre outros gastos do SUS, principalmente despesas ambulatoriais. Devido às grandes diferenças nas estruturas de despesas do SUS nas diversas regiões brasileiras, optou-se por uma metodologia que apresentasse tanto as taxas de internação, quanto os gastos com internações, separados em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Su-

* Consultor do IPEA.

⁷ Ver Projeções Preliminares do IPEA.

⁸ Glennerster, H. e Matsaganis, M. *The English and Swedish Health Care Reforms*. International Journal of Health Services, vol. 24, 02: 231-251, 1994.

⁹ Rubio, V. O. *La Economía en Sanidad y Medicina: Instrumentos y Limitaciones*. Ed Euge, Barcelona, 1990.



deste e Sul. Outra separação metodológica relevante foi a divisão das despesas entre os grupos masculino e feminino, pois estes apresentam estruturas de gasto bastante diferenciadas.

O gráfico 1 apresenta o comportamento das internações para o sexo feminino, por região. Observa-se, claramente, um diferencial entre as regiões consideradas. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam taxas de internação mais elevadas que as demais (exceto nas faixas etárias de idade reprodutiva da mulher — 15 a 34 anos). Esse diferencial cresce com o envelhecimento da população, o que indica a não-existência de equidade entre as regiões do país. Em outras palavras, as regiões de renda *per capita* mais elevada proporcionam melhores condições de acesso a internações hospitalares que as de menor renda. Essa relação, comparando os extremos (Sul e Norte), existe para as duas últimas faixas etárias (55 a 64 e 65 e + anos): para o Sul, as taxas de internação em mulheres (por 100 habitantes) são, respectivamente, de 11,93 e 24,10, enquanto que, para a região Norte, as taxas são 8,37 e 13,45. Observe-se que a maior discrepância ocorre na faixa etária de idade mais avançada, na qual as taxas de internação são aproximadamente 90% mais elevadas, no sul do país.

O comportamento das taxas de internação de homens (ver gráfico 2) possui uma forma bastante diferente, e apresenta um claro formato de **J**, o que não ocorre para o sexo feminino, devido às elevadas taxas de internação nas faixas etárias de 15 a 34 anos, relacionadas a procedimentos obstétricos, principalmente partos normais e cesáreos.

Observa-se o mesmo padrão de elevação de taxas de internação em quase todas as regiões consideradas, com maior utilização nas regiões Sul e Centro-Oeste. Comparando-se as faixas etárias de 25-34, 55-64 e maiores de 65 anos, verifica-se o seguinte comportamento: para a região Norte, estas elevam-se de 3,22 para 7,94 e 15,08, respectivamente. Para o Centro-Oeste, essa elevação, nas mesmas faixas etárias, é de 3,55 para 10,90 e 23,55. No Sul, o crescimento é de 3,89 para 13,38 e 27,57. Comparando-se as faixas etárias de 25-34 com os maiores de 60 anos, as taxas de internação de homens elevam-se em cerca de 4,68 vezes no Norte; 6,63 vezes no Centro-Oeste; e 7,08 vezes no Sul. Essa constatação aponta para uma sensível elevação nas despesas do Sistema Único de Saúde, devido a modificações no padrão etário da população, pois no grupo masculino, considerando a média brasileira, o grupo etário mais idoso (mais de



65 anos) possui taxa de internação de 20,71, ou seja, 5,9 vezes mais elevada que a do grupo mais jovem (25 a 34 anos), que é de 3,52.¹⁰

GRÁFICO 1
Taxas de Internação por Faixa Etária e Região
SUS 1996: Sexo Feminino

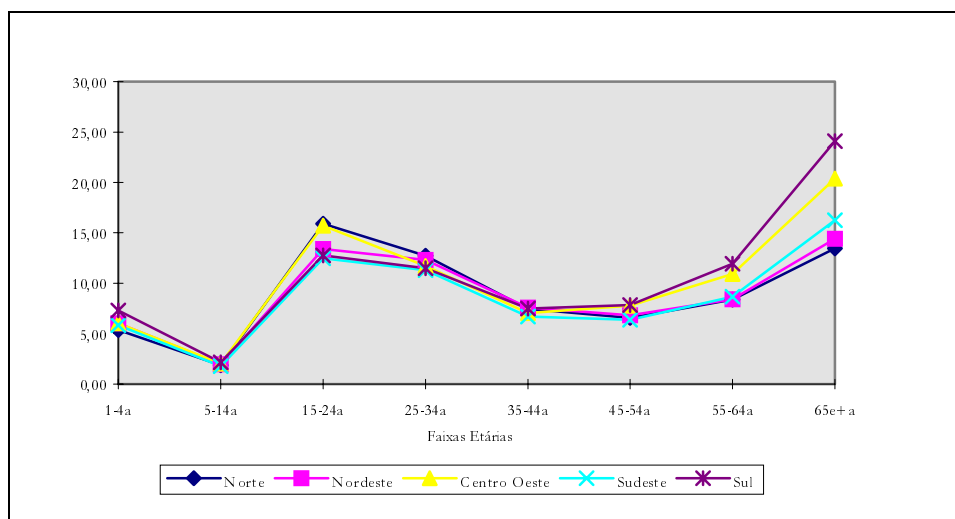
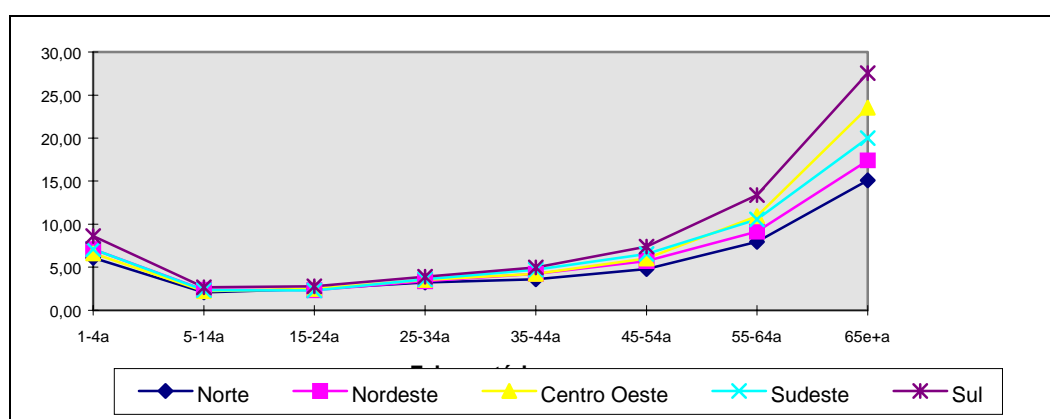


GRÁFICO 2
Taxas de Internação por Faixa e Região sus 1996: Sexo Masculino



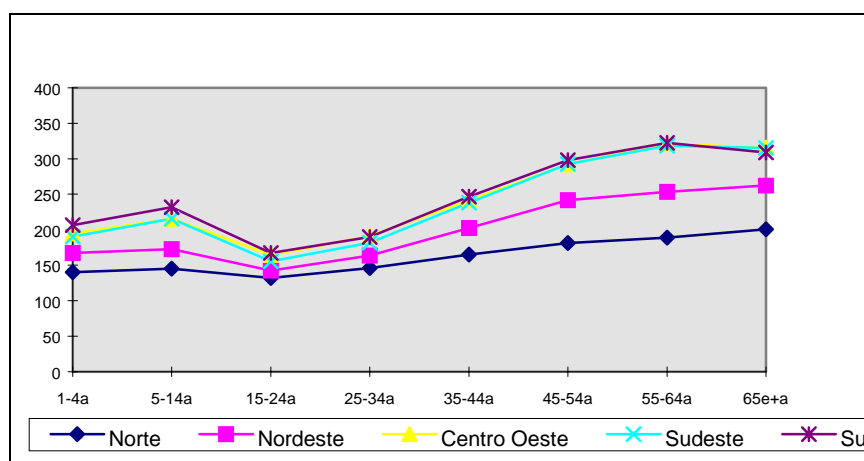
¹⁰ As taxas médias de internação no Brasil, dentro das faixas etárias de 1 a 4, 5 a 14, 15 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, e 65 ou mais anos são, para as mulheres, de: 6,11; 1,95; 14,03; 11,89; 7,24; 7,06; 9,64 e 17,72, respectivamente. Para os homens: 7,09; 2,34; 2,47; 3,52; 4,36; 6,09; 10,37; e 20,71, respectivamente.



3 O Comportamento da Despesa Média com Internações

A segunda hipótese levantada, de que o gasto médio de internação de pessoas idosas é mais elevado, pode, para o grupo de mulheres, ser observada no gráfico 3. Verifica-se, novamente, um comportamento bastante diferenciado entre as regiões do país. O gasto médio das internações no Norte e Nordeste é bem menor do que nas outras regiões do país, em todas as faixas etárias consideradas. Esse diferencial de despesas tende a se elevar com a idade do paciente. Comparando-se os custos médios da região Norte com a região Sul, tem-se que, nas faixas etárias consideradas, os custos para a primeira região são de R\$ 140,19; 145,19; 132,08; 146,15; 164,72; 180,96; 188,94 e 200,59, enquanto que, no Sul, os custos apresentam-se mais elevados em todas as faixas consideradas, sendo, respectivamente, de R\$ 206,44; 231,55; 167,24; 189,80; 246,17; 298,42; 322,56 e 309,19. Uma constatação interessante é que em algumas regiões não se observa a elevação dos gastos médios na passagem da faixa etária de 55 a 64 anos para a faixa etária seguinte. Esse fato pode ser um indicativo de que, a partir de um certo patamar de despesas, pelo menos no curto prazo, no qual não ocorrem modificações tecnológicas relevantes, existe uma tendência de estabilização dos custos. No caso brasileiro, para o grupo feminino, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse valor tende para algo em torno de R\$ 315.

GRÁFICO 3
Valor médio de Internações por Região SUS 1996:
Sexo Feminino

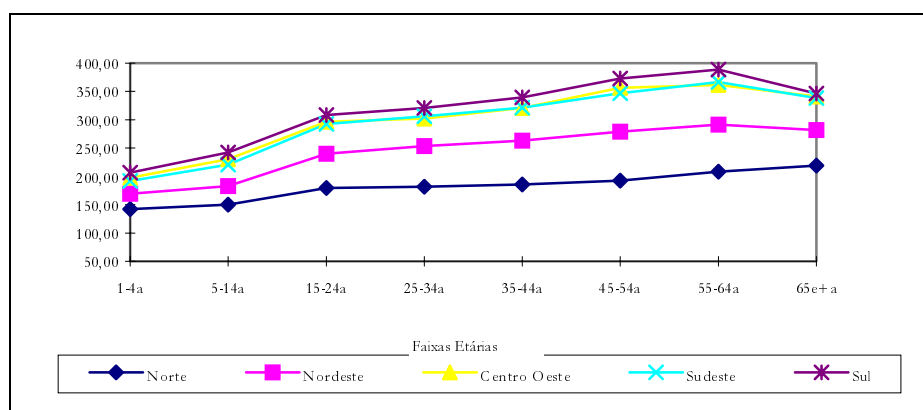




Os valores médios de internação para o grupo masculino (ver gráfico 4) apresentam uma estrutura um pouco diferente daquela observada para as mulheres. Os valores médios de internação são mais elevados para os homens. Enquanto a média nacional para as mulheres é, em ordem crescente de faixas etárias, de R\$ 179,72; 195,97; 152,29; 174,46; 218,50; 261,19; 280,84 e 280,61, para os homens, os valores médios são de R\$ 181,62; 205,34; 263,47; 272,94; 286,16; 309,57; 323,35 e 305,32. Constata-se que a despesa média com internações no grupo masculino é, para todas as faixas etárias, mais elevada do que no grupo de mulheres. Nas duas primeiras faixas etárias, essa diferença não é tão significativa. A partir dos 15 anos esta acentua-se bastante. Para as faixas entre 15 a 34 anos, essa diferenciação de gastos médios deve-se ao elevado número de internações de mulheres, ocasionada por motivos obstétricos, que tende a reduzir a média feminina para um valor em torno dos gastos do parto normal (R\$ 115) e do parto cesáreo (R\$ 194), pois, juntos, esses procedimentos representam cerca de 50 % da frequência de internações nessa faixa etária.

GRÁFICO 4

Valor Médio de Internações por Região sus 1996: Sexo Masculino



Outro fator importante, que pode auxiliar na explicação dos custos médios mais elevados para os homens nas faixas etárias superiores a 35 anos, é a maior frequência de procedimentos de custo médio mais elevado, tais como o tratamento psiquiátrico, insuficiência cardíaca, insuficiência respiratória e acidente vascular cerebral.¹¹

¹¹ Nunes, A. *et alii*. *Internações Hospitalares no SUS: Caracterização por Sexo e Grupo de Idade*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, mimeo, Brasília, 1997.



4 Considerações Finais

Os resultados dessa investigação, embora preliminares e restritos às internações do SUS, apontam para as seguintes conclusões:

- (i) as taxas de internações em grupos mais idosos podem ser até sete vezes mais elevadas do que aquelas observadas para os de idade jovem, e existe grande variação nesse número, a depender do sexo e da região considerada; e
- (ii) os custos médios das internações tendem a crescer com a elevação da idade, em todas as regiões, e independem do sexo. Porém, parece existir uma certa estabilidade desses custos nas duas últimas faixas etárias consideradas, provavelmente pela percepção da ocorrência de rendimentos decrescentes na faixa etária de mais de 65 anos.

Assim, o envelhecimento da população tende a produzir grande elevação dos gastos em saúde, pela combinação de dois efeitos: a elevação das taxas de internação, que parece ser o efeito preponderante, e o aumento dos custos médios dos procedimentos.



MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS RECENTES NA REGIÃO NORDESTE

*Ana Amélia Camarano**

1 Introdução

A região Nordeste abrigava, em 1996, aproximadamente 44 milhões de habitantes e três Regiões Metropolitanas. É a segunda região brasileira em contingente populacional, mas tem-se constituído, desde os anos 40, em um centro expulsor de população para o restante do país. Este trabalho tem por objetivo fazer uma avaliação do comportamento recente dos movimentos migratórios da região Nordeste, e procura mensurar seus impactos na composição populacional.

2 Visão Geral do Crescimento Populacional

Como ocorreu para toda a população brasileira, a taxa de crescimento da população nordestina, menor do que a nacional, tem apresentado uma tendência decrescente desde os anos 70, como resultado de uma queda nos níveis de fecundidade (ver tabela 1). No entanto, o decréscimo da taxa de crescimento média da população brasileira foi maior do que o observado para a população nordestina até o final dos anos 80, em virtude da queda da fecundidade média das mulheres brasileiras ter sido maior do que a das nordestinas. No primeiro quinquênio dos anos 90, o que se observou foi uma redução mais acelerada no ritmo de crescimento da população nordestina, provavelmente em virtude de uma queda mais acelerada nas taxas de fecundidade nordestina e uma retomada do processo de evasão populacional.

* Técnica da DIPOS/DIPES do IPEA.



TABELA 1
Taxas Anuais de Crescimento Populacional (%)
Nordeste: 1960/1991

Período	Brasil	Nordeste		
		Total	Urbana	Rural
1960/1970	2,9	2,4	4,4	1,0
1970/1980	2,5	2,2	4,1	0,5
1980/1991	1,9	1,8	3,4	-0,4
1991/1996	1,3	1,0	2,5	-1,5

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

O crescimento da população nordestina não se deu de forma espacialmente homogênea. Observou-se uma significativa ampliação da população urbana, em detrimento da população rural que, ao longo dos últimos decênios, apresentou uma redução absoluta. Na realidade, entre 1980 e 1996, a população rural reduziu-se de 17,6 para 15,5 milhões. Contudo, nesse último ano, a região Nordeste respondia por 45,8% da população rural nacional. Movimentos migratórios de origem rural com destino às cidades são responsáveis pelo crescente processo de urbanização da população nordestina.

Apesar de a região ter atingido um grau de urbanização de 65% em 1996, este ainda situava-se em níveis bem mais baixos do que o observado para a média da população brasileira (78%). Isso se deve a mais baixas taxas de crescimento da população urbana nordestina em relação ao restante do país. Somente nos anos 80 a taxa de crescimento da população urbana nordestina foi uma das mais elevadas do país.

3 Migração Inter-Regional

A região Nordeste vem sofrendo um processo significativo de evasão populacional desde os anos 40; de detentora de 35% da população brasileira nesse ano, passou para 28% em 1996. Essa queda na participação relativa é, sem dúvida, conseqüência de taxas líquidas de migração negativas. O destino preferido dos migrantes nordestinos tem sido a região Sudeste (especialmente São Paulo), mas, nos anos 50 e 60, os estados do Paraná e Goiás, e, nos anos 70, a região Norte, receberam parcela expressiva de população oriunda dessa região.



Tanto as áreas urbanas quanto rurais do Nordeste apresentaram, historicamente, uma perda líquida de migrantes inter-regionais. Tendo em vista as grandes distâncias a serem percorridas e o destino preferencialmente urbano da migração, a maioria dos migrantes saíam das áreas urbanas do Nordeste. De certa forma, tais movimentos (realizados a partir das cidades nordestinas para outras regiões) eram compensados por movimentos intra-regionais rurais/urbanos [Da Mata (1973, p. 74-8)].

Em que pese a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e uma política nacional de incentivos regionais, o saldo líquido migratório estimado para os anos 70 foi de 3,4 milhões. Estima-se que, para os anos 80, esse fluxo reduziu-se para 1,4 milhões, conforme as estimativas mostradas na tabela 2. No primeiro quinquênio dos anos 90, ou melhor, para o período 1991/1996, cálculos preliminares sugerem uma perda líquida de aproximadamente 1,5 milhões em cinco anos, o que indica uma retomada da emigração.¹²

TABELA 2
Estimativas do Saldo Líquido Migratório Nordestino por Sexo
Nordeste

	Homens	Mulheres	Total
1970/1980	1 902,4	1 498,7	3 401,1
1980/1990	673,7	704,6	1 378,3
1991/1996	651,4	762,7	1 414,1

Fonte: Estimativas próprias.

Os gráficos 1 e 2 mostram o comportamento das taxas líquidas de migração por idade, estimadas pelo método das razões intercensitárias de sobrevivência para as décadas de 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90, para homens e mulheres, respectivamente. A migração masculina foi mais acentuada do que a feminina na década de 70: o saldo líquido migratório estimado para a população masculina foi de -1,9 mil pessoas; para a feminina, foi de -1,5 mil. Essa situação reverteu-se a partir dos anos 80 e 90, quando a migração feminina passou a superar levemente a masculina. Em termos de migração por idade, as taxas líquidas mostram uma concentração no grupo etário de 20 a 29 anos, para ambos os se-

¹² O saldo líquido migratório apresentado na tabela 2 é o resultado de saldos estimados por grupos quinquenais de idade. A metodologia utilizada foi a das razões intercensitárias, e os diferenciais regionais de mortalidade foram corrigidos pelas probabilidades de sobrevivência extraídas de tabelas de sobrevivência estimadas para o período. Os saldos das décadas de 80 e 90 foram corrigidos pelas estimativas de migração internacional [Beltrão e Camarano (1997)]. Dada a metodologia utilizada nesse cálculo, deve-se lembrar que diferenças de enumerações nos censos utilizados afetam as estimativas dos saldos líquidos. No entanto, como se verá posteriormente, informações diretas provenientes da Contagem de 1996 também apontam no sentido de um acréscimo da emigração e uma redução da imigração no Nordeste.



xos. Contudo, a evolução temporal mostra uma tendência de concentração no grupo de idade abaixo de 20 anos.

GRÁFICO 1
Taxas Líquidas de Migração Decenais Suavizadas
Nordeste — População Masculina

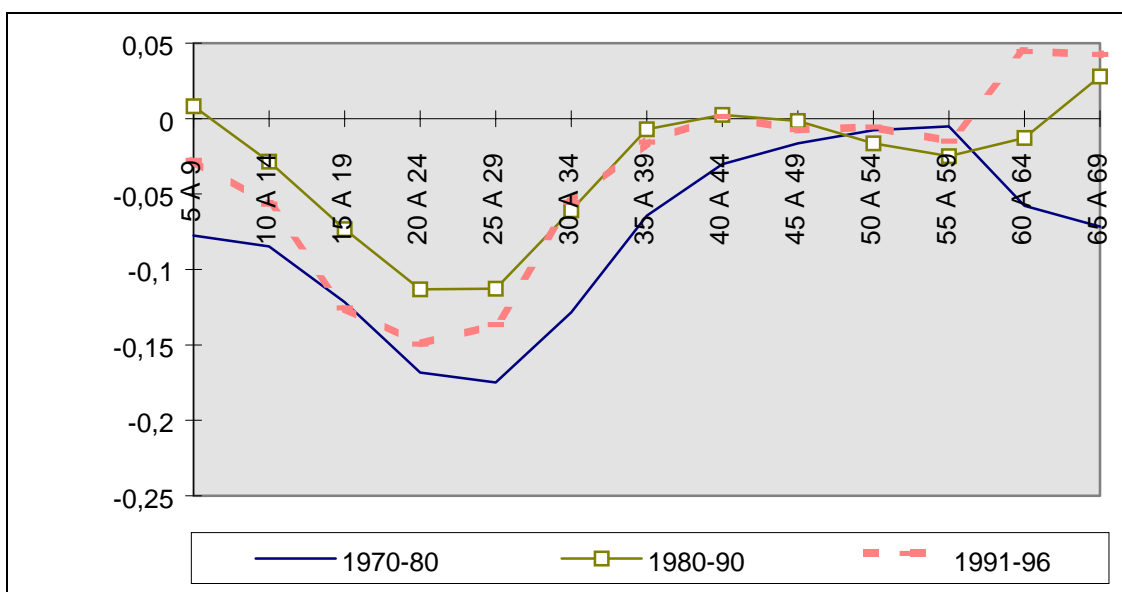
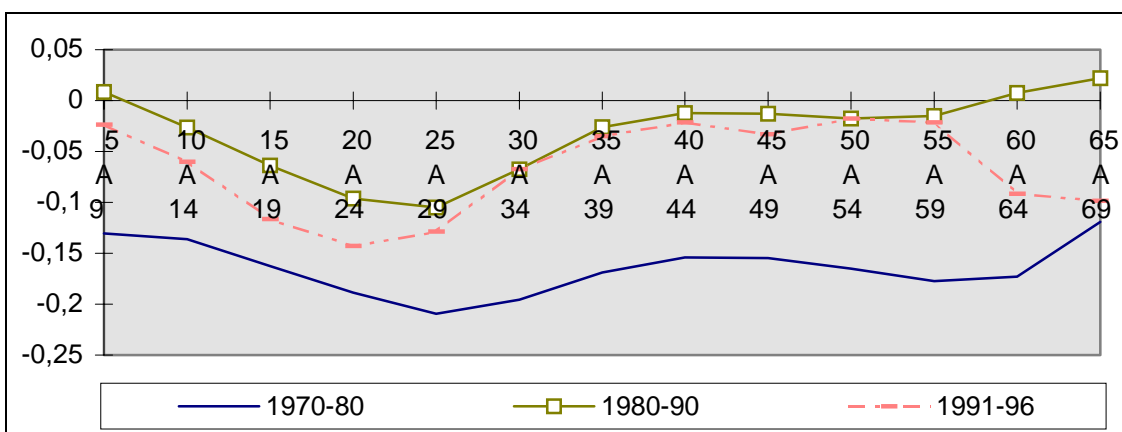


GRÁFICO 2
Taxas Líquidas de Migração Decenais Suavizadas
Nordeste — População Feminina





O gráfico 3 compara as distribuições etárias de emigrantes e naturais da população nordestina em 1996. Por *natural* foi aqui definida a população nascida e residente no município e os não-naturais lá residentes por mais de dez anos. Por emigrantes, foram considerados os nordestinos residentes em região diferente da de nascimento há menos de dez anos. Pode-se observar que a população natural é composta por uma parcela relativamente maior de crianças e velhos (ou seja, de população dependente) do que a população emigrante, o que mostra a perda do segmento populacional produtivo experimentada pela região de emigração. Isso está claramente refletido na relação de dependência apresentada na tabela 3. Enquanto, em 1996, os naturais apresentavam uma relação de dependência de 70%, os emigrantes apresentavam uma correspondente muito mais baixa (27%). Essas razões decresceram no período analisado em virtude da queda da fecundidade em todos os segmentos populacionais analisados.

GRÁFICO 3
Distribuição Etária dos Emigrantes Nordestinos — 1996

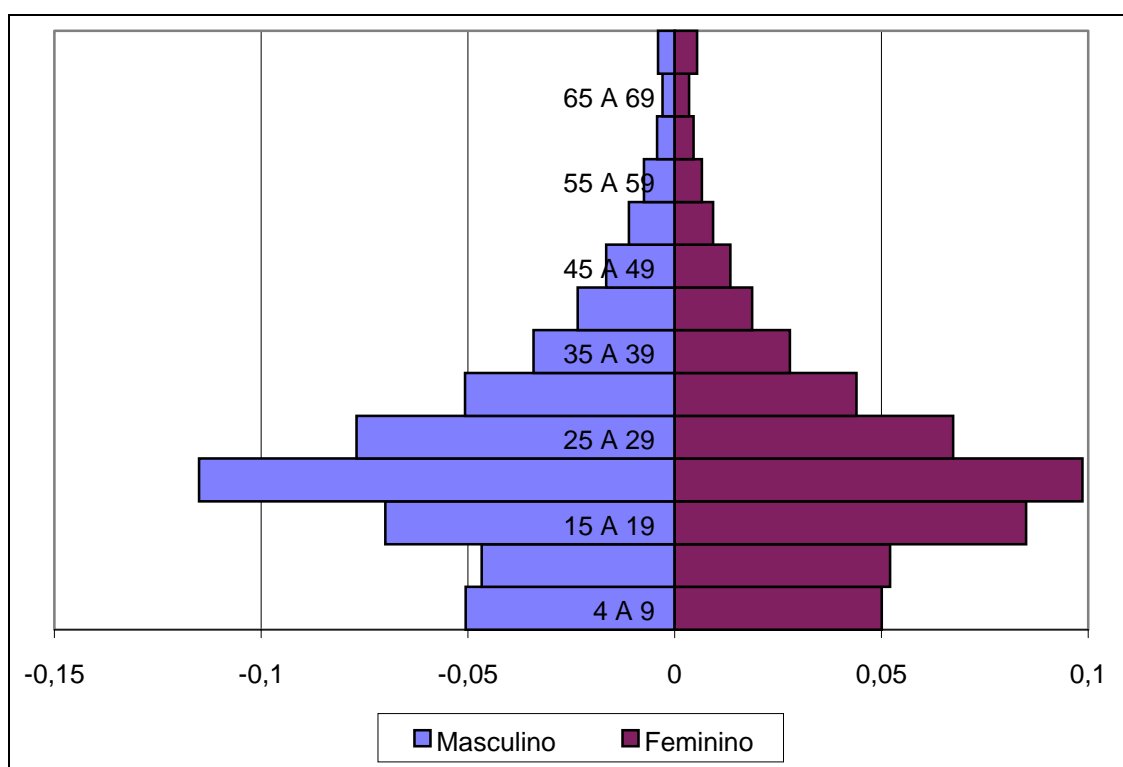




TABELA 3
Razão de Dependência por Status Migratório
Nordeste

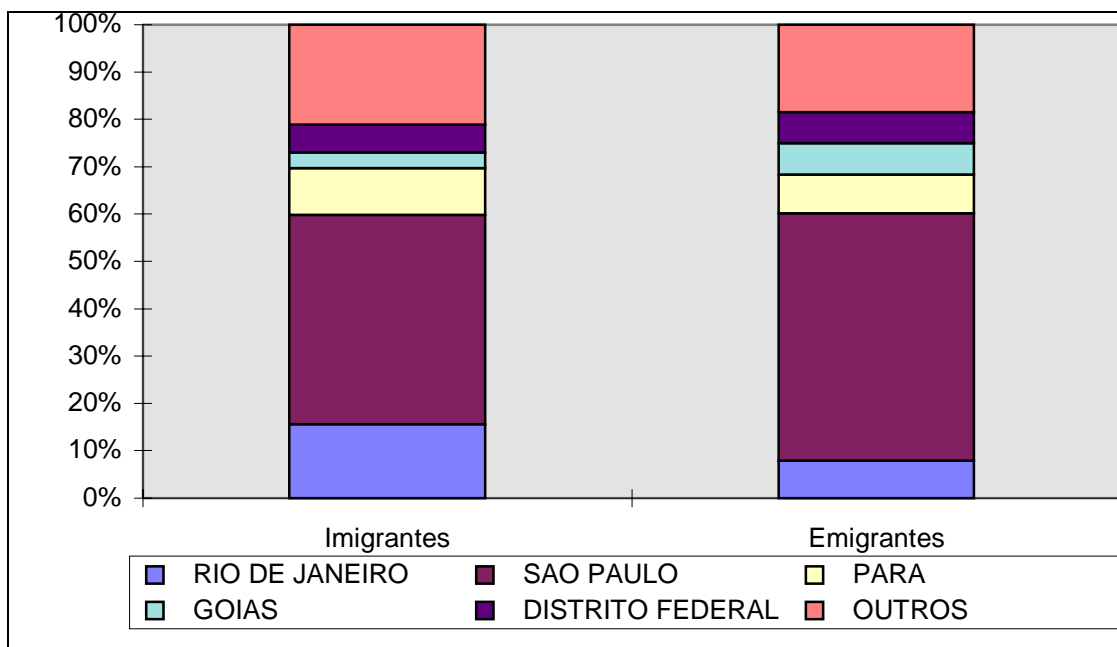
Tipo	Naturais	Imigrantes	Migrantes de Retorno	(Em porcentagem)
				Emigrantes
1996	70	36	xxx	27
1991	82	55	36	39

Fonte: FIBGE, censo demográfico de 1991 e Contagem de 1996.

Nota: xxx — dados não disponíveis.

Aproximadamente 950 mil imigrantes entraram na região Nordeste entre 1986/1991, número que reduziu-se a 384,3 mil entre 1991/1996. Isso pode explicar parte do aumento do saldo líquido migratório. O gráfico 4 apresenta a distribuição porcentual dos migrantes nordestinos (emigrantes e imigrantes) do período 1991/96, por estado de origem ou destino. As maiores trocas populacionais deram-se, em primeiro lugar, entre a região e o estado de São Paulo; em segundo, entre a região e o estado do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 4
Distribuição Porcentual dos Migrantes Nordestinos por Origem/Destino
1991/1996





Em termos de distribuição dos imigrantes interestaduais pelas unidades da Federação nordestinas, em 1991, o estado da Bahia absorveu aproximadamente 20% desse fluxo; Pernambuco, 18%; Ceará, 13%. Assim, mais de 50% dos imigrantes que se dirigiram à região procuraram os estados que contêm as Regiões Metropolitanas. Os dados da Contagem de 1996 mostram um aumento dessa concentração no período 1991/1996, principalmente no estado da Bahia. Em 1996, esse estado absorveu 26,5% dos imigrantes inter-regionais.

4 A Migração de Retorno

Um outro fenômeno que caracterizou a década de 80 foi a migração de retorno. Estima-se que aproximadamente 719 mil nordestinos tinham menos dez anos de residência no município atual; ou seja, podiam ser considerados migrantes de retorno. Foram excluídos, nesse caso, os movimentos intra-estaduais. A tabela 5 apresenta a distribuição das pessoas naturais da unidade da Federação de residência atual com menos de dez anos de residência no município, definidas como migrantes de retorno. A última coluna mostra o número de pessoas que retornaram às unidades da Federação nordestinas pela última unidade da Federação de residência anterior. Dos 719 mil imigrantes, 35% originaram-se no estado de São Paulo. Isso mostra a importância dos estados receptores de população, como fornecedores de migrantes de retorno. O Rio de Janeiro foi responsável por 11,8% destes; o Pará, por 6,3%.

Dos estados da região Nordeste, Pernambuco, Ceará e Bahia destacaram-se como expressivos centros recebedores de migrantes de retorno de outras unidades da Federação. A última linha da tabela 5 apresenta a distribuição desses migrantes por unidade da Federação de residência atual. Mais da metade dos fluxos concentraram-se nos três estados que contêm as Regiões Metropolitanas. Depois destes, em importância, destacou-se a Paraíba.

Dos 719 mil migrantes de retorno, aproximadamente 363 mil eram do sexo masculino e 356 mil do sexo feminino. Essa ligeira predominância da migração masculina é coerente com a maior emigração masculina. O gráfico 5 compara a pirâmide etária dos migrantes de retorno com a população natural da região Nordeste. Os migrantes de retorno estavam concentrados nas idades mais produtivas, se comparados à população natural ou se comparados aos outros imigrantes. Como se viu na tabela 3, as razões de dependência para os migrantes de retorno são as mais baixas dentre os três subgrupos populacionais estudados. Isso leva a se pensar que os migrantes de retorno teriam permanecido pouco na região de destino, dada a crise econômica. Guimarães (1990) já havia levantado a



existência de migração de retorno para a região Nordeste, e atribui este fenômeno a uma maior concentração da crise econômica nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Acredita-se também que boa parte dos imigrantes que se dirigiram à região seja um efeito indireto da migração de retorno, ou seja, podem ser formados por cônjuges que acompanhavam os retornados.

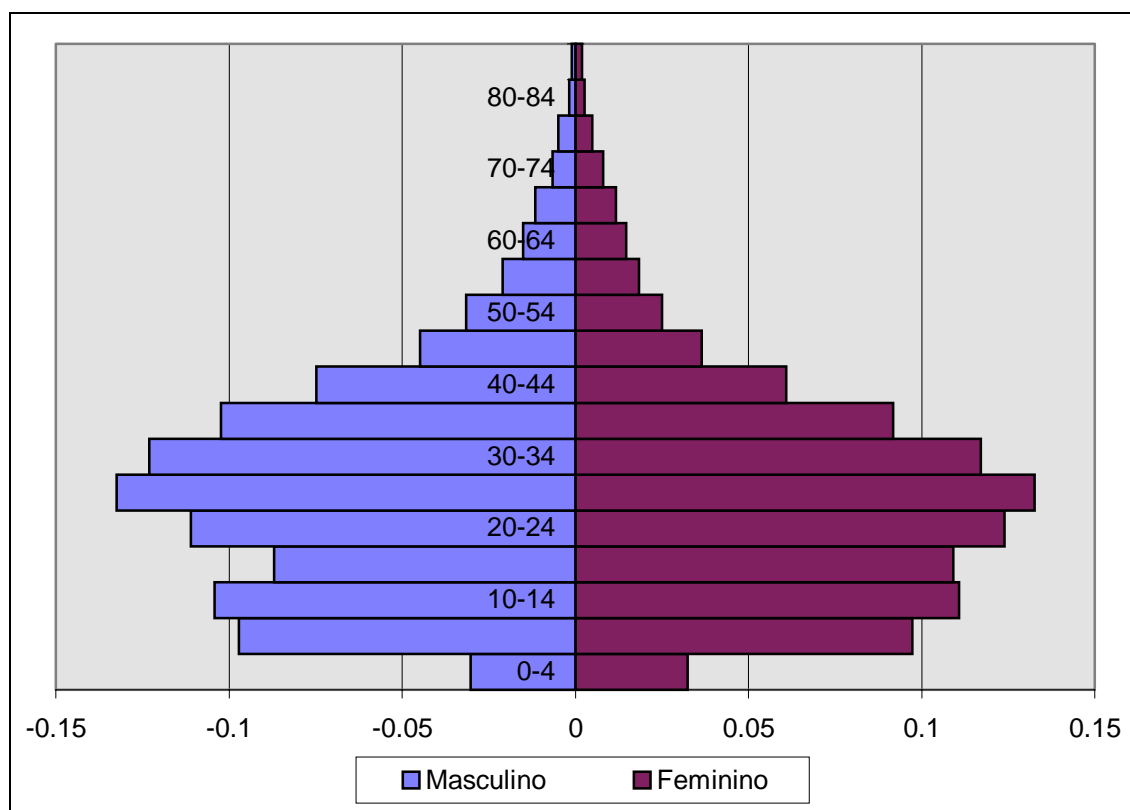
TABELA 5
Pessoas Naturais da UF de Residência Atual com Menos de Dez Anos de Residência Nesta UF Segundo UF de Residência Anterior
(Migração de Retorno)
Nordeste 1991

UF Anterior	UF Atual									Total
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	
Rondônia	1 202	304	2 512	604	915	741	112	94	1 389	7 873
Acre	36	15	205	87	51	68	80	0	15	557
Amazonas	847	532	3 582	645	347	689	77	23	486	7 228
Roraima	527	28	547	257	167	110	61	0	132	1 829
Pará	22 372	5 251	10 539	1 495	1 119	2 282	261	106	1 821	45 246
Amapá	323	84	432	253	0	29	0	0	64	1 185
Tocantins	4 563	1 081	692	135	102	212	44	0	236	7 065
Maranhão	0	16 796	7191	925	1 038	1 907	229	258	593	28 937
Piauí	7 387	0	6 599	468	547	1 420	66	92	567	17 146
Ceará	2 100	4 137	0	4 140	3 290	4 671	435	553	715	20 041
Rio Grande do Norte	178	459	5 621	0	8 486	2 935	234	177	220	18 310
Paraíba	441	267	2 913	6 673	0	9 760	454	140	734	21 382
Pernambuco	605	1 954	7 190	2 960	12 627	0	6 069	774	6 053	38 232
Alagoas	143	158	1 387	605	1 190	11 697	0	1 845	1 757	18 782
Sergipe	88	87	388	946	272	1 902	3 374	0	3 985	11 042
Bahia	852	1 844	6 816	1 706	3 975	14 211	3 782	8 981	0	42 167
Minas Gerais	717	705	1 985	1 315	1 055	1 568	251	359	9 381	17 336
Espírito Santo	147	90	840	392	134	323	89	187	4 380	6 582
Rio de Janeiro	4 031	2 272	18 475	8 962	22 576	11 389	2 960	2 987	1 1353	85 005
São Paulo	4 869	16 002	43 473	13 210	25 658	62 368	12 687	9 423	66 537	254 227
Paraná	132	137	1 012	237	467	1 068	416	384	1 153	5 006
Santa Catarina	19	50	298	166	148	104	74	20	219	1 098
Rio Grande do Sul	90	65	497	177	140	385	55	94	379	1 882
Mato Grosso do Sul	176	133	851	186	201	750	201	127	324	2 949
Mato Grosso	1 183	297	1 155	615	293	667	90	125	919	5 344
Goiás	1 600	1 193	1 938	1 794	1 122	997	155	236	4 233	13 268
Distrito Federal	4 086	6 101	7 344	2 396	4 015	2 689	466	408	4 856	32 361
Brasil sem espec.	179	330	339	11	64	331	94	110	230	1 688
País estr. ou mal definido	197	79	881	340	220	951	121	32	929	3 750
Ignorado	420	162	163	8	13	131	12	11	225	1 145
Total	59 510	60 613	135 865	51 708	90 232	136 355	32 949	27 546	123 885	718 663

Fonte: Censo demográfico de 1991.



GRÁFICO 5
Pirâmide de Migrantes de Retorno
Nordeste — 1991



5 Conclusões

Do que foi visto pode-se concluir que:

— os movimentos migratórios originários na região Nordeste se intensificaram na primeira metade desta década;

— a migração é seletiva, principalmente por idade, e resulta em maior saída (ou entrada) proporcionalmente maior do segmento populacional em idade ativa, o que afeta a razão de dependência. No caso da população nordestina, o efeito líquido é o de perda de contingentes em idade ativa, o que leva a crer que sua razão de dependência seja mais baixa do que a das demais regiões do país.



Referências Bibliográficas

- BELTRÃO, Kaizô I. e CAMARANO, Ana Amélia. *Cálculo de saldo e taxas líquidas de migração internacional*.— Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1997.
- DA MATA, Milton *et alli*. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*.— Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. (Relatório de Pesquisas, IPEA/INPES, n.19)
- GUIMARÃES, Leonardo. *Desigualdades regionais no desenvolvimento do Brasil: décadas de 70 e 80*.— Recife: 1990. mimeo. (Relatório FUNDAP)

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

Uma publicação
Diretoria de Política Social do IPEA
Diretoria de Pesquisa do IBGE

Editora
Ana Amélia Camarano
Edição Técnica
Coordenação Editorial do IPEA (BRASÍLIA)
Colaboram neste número: Ana Amélia Camarano e André Nunes.

Tiragem: 1 000 exemplares

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

ANO II • N.º 3

BRASÍLIA, DF

Dez./97

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

TABELA 1

Projeções da População Brasileira: 1995-2020

População Total

Idade	1995	2000	2005	2010	2015
0-1	3 277 208	3 220 491	3 125 978	2 974 499	2 801 141
1-4	13 259 992	12 965 459	12 802 460	12 376 487	11 702 674
5-14	34 317 697	33 179 361	32 552 076	31 975 290	31 166 195
15-64	96 643 110	107 433 749	116 896 552	125 408 825	132 373 021
65 e +	8 245 849	9 762 644	11 520 318	13 554 100	16 326 114
Total	155 743 856	166 561 705	17 6897 383	186 289 201	194 369 146

População Urbana

Idade	1995	2000	2005	2010	2015
0-1	2 380 769	2 400 221	2 378 702	2 295 894	2 184 026
1-4	9 823 415	9 848 463	9 905 507	9 696 880	9 243 997
5-15	25 667 522	25 460 811	25 434 608	2 5279 745	24 852 011
15-64	77 369 104	87 732 928	96 821 284	104 913 128	111 436 476
65 e +	6 528 238	7 922 394	9 514 816	11 376 129	13 935 018
Total	121 769 048	133 364 817	144 054 917	153 561 776	161 651 528

População Rural

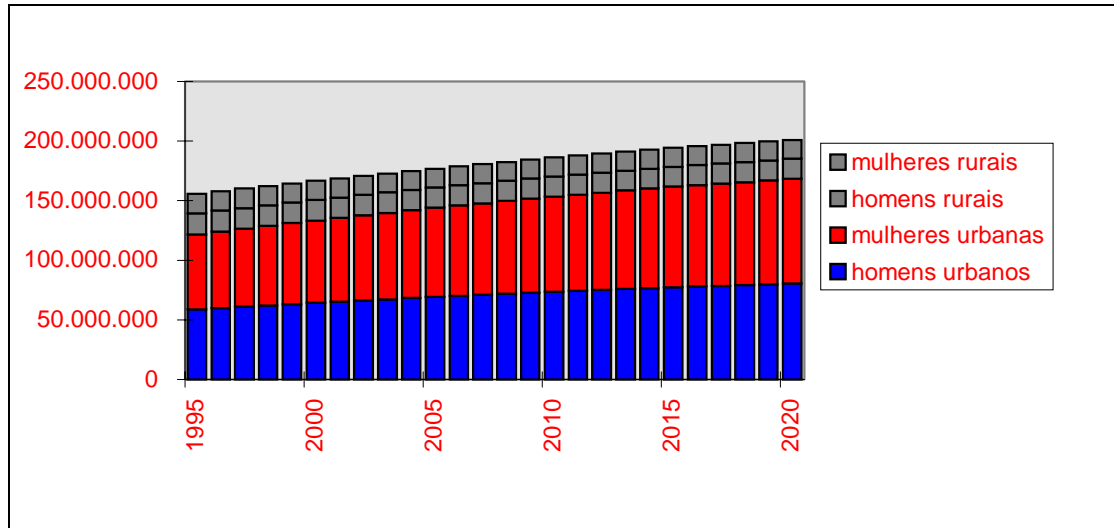
Idade	1995	2000	2005	2010	2015
0-1	896 439	820 270	747 276	678 605	617 115
1-4	3 436 578	3 116 996	2 896 953	2 679 608	2 458 677
5-15	8 650 175	7 718 550	7 117 468	6 695 545	6 314 184
15-64	19 274 006	19 700 822	20 075 267	20 495 697	20 936 545
65 e +	1 717 611	1 840 250	2 005 502	2 177 971	2 391 096
Total	33 974 808	33 196 888	32 842 466	32 727 426	32 717 618

Fonte: Projeções IPEA.



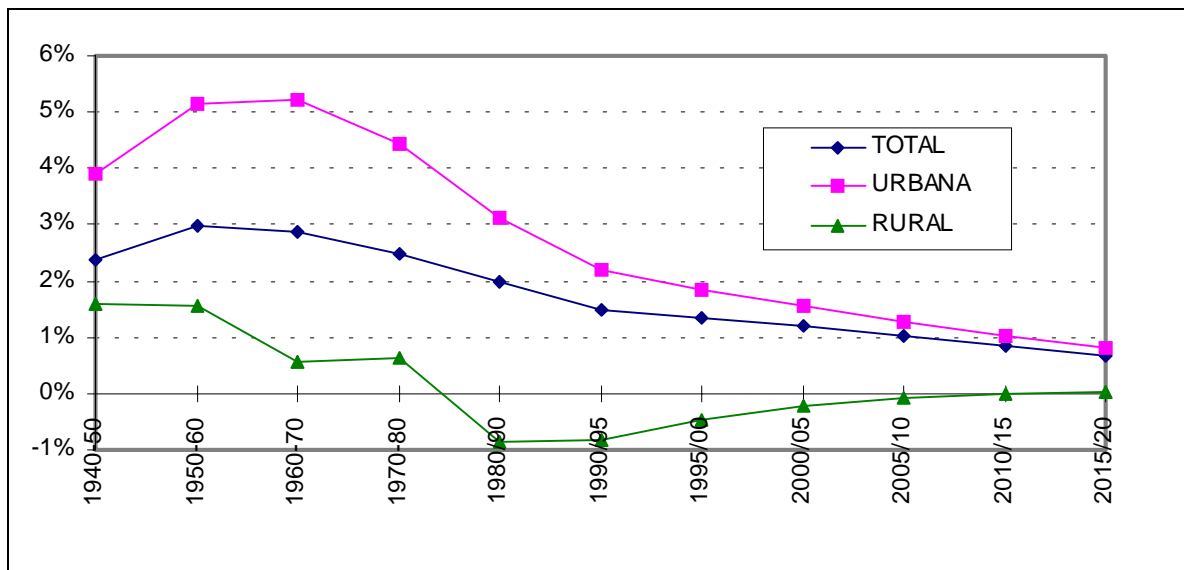


GRÁFICO 1
População Brasileira Estimada e Projetada por Sexo e Situação de Domicílio
1995—2020



Fonte: Projeções IPEA.

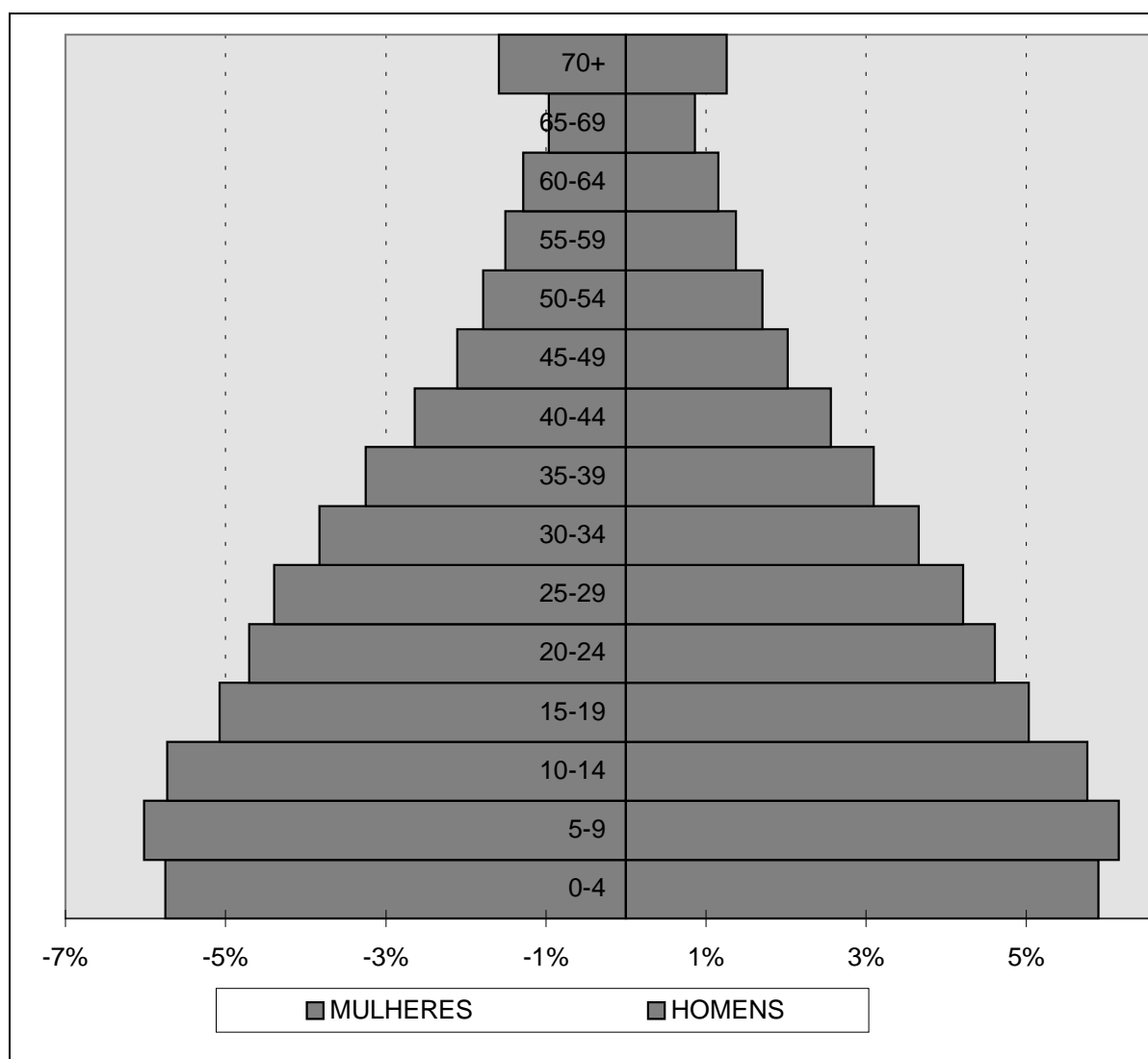
GRÁFICO 2
Taxa Anualizada de Crescimento da População Observada e Projetada Brasil
1940/2020



Fonte: Projeções IPEA.



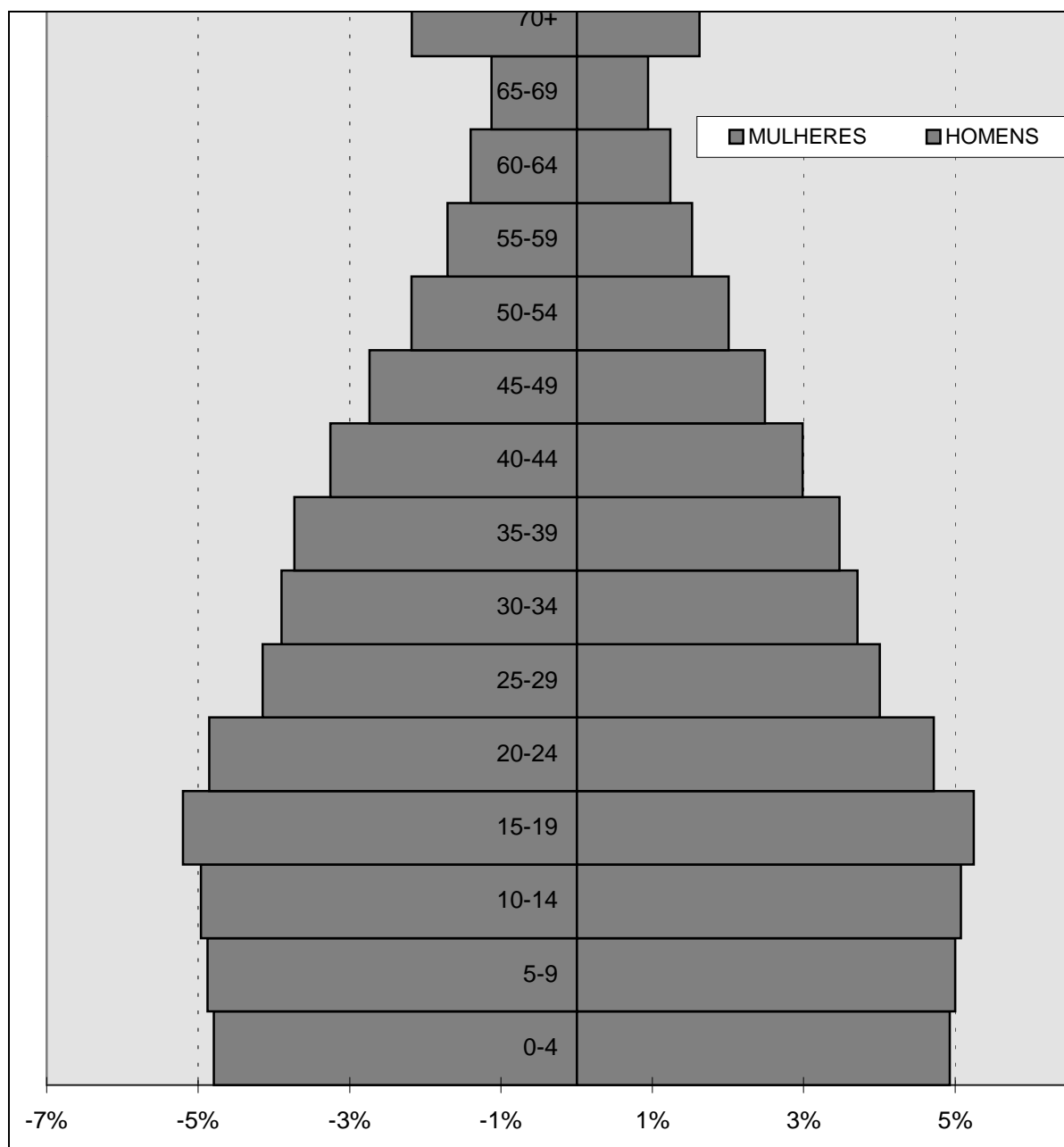
GRÁFICO 3
Pirâmide Etária
Brasil — 1990



Fonte: Projeções IPEA.



GRÁFICO 4
Pirâmide Etária
Brasil — 2000



Fonte: Projeções IPEA.